



A VOZ DO SERVIDOR

Sindicato dos Funcionários Públicos do Município de Resende

Av. João Ferreira Pinto, 46 - sala 403 - Centro - Resende - RJ - CEP 27 510 070

sfpmr@yahoo.com.br www.sfpmr.org 24 3354 2072

Filiado a



Resende RJ Junho 2014 Ano 2 Nº 12

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

**ESTATUTO DO SERVIDOR; DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO
PARA DEFLAGRAÇÃO DO ESTADO DE GREVE**

EDITAL

Pelo presente Edital, o Sindicato dos Funcionários Públicos do Município de Resende/RJ, convoca todos os Servidores Públicos Municipais, estatutários ou não, associados ou não a esta entidade, para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 25 de junho de 2014, às 17h15min em 1ª (primeira) chamada e às 17h45min em 2ª (segunda) e última chamada, a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de Resende, com endereço a Rua Padre Couto, nº 10, Centro, Resende, Cep: 27511-150, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Discussão sobre o novo Estatuto do Servidor; b) Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicação encaminhada ao Prefeito José Rechuan Júnior no dia 24 de março de 2014; c) Discussão e deliberação para deflagração do estado de greve; d) Assuntos Gerais. Resende, 12 de junho de 2014.

MARCO ANTÔNIO CORRÊA DA SILVA

Presidente

A T E N Ç Ã O

Muito tem se falado sobre a demora na aprovação do Novo Estatuto do Servidor, por isso fazemos aqui um rápido resumo sobre o tema a fim de esclarecer os servidores para que possamos discutir em nossa Assembléia com entendimento dos fatos:

No dia 11 de abril o prefeito José Rechuan Junior assinou a proposta do novo estatuto do servidor;

No dia 1º de maio, na festa do trabalhador o prefeito encaminhou ao presidente da Câmara o texto que depois seria encaminhado através de Projeto de Lei;

Depois disso houve modificações no texto por parte de algumas secretarias que tentaram e continuam tentando modificar dois itens fundamentais do Novo Estatuto: A retroatividade da Licença Prêmio e o artigo que trata de incorporações;

O Sindicato solicitou a procuradoria do município parecer jurídico sobre a negativa quanto a retroatividade da licença prêmio e sobre as incorporações, que estranhamente se recusaram a fornecer o parecer;

Está claro para o Sindicato que estão tratando os servidores com descaso e desrespeito. Estão tentando mudar aquilo que foi negociado e assinado pelo prefeito;

Agora, cabe a cada servidor participar da assembleia onde decidiremos sobre qual a melhor resposta a ser dada ao poder executivo;

Temos que mostrar força e deixar claro ao prefeito que o servidor não vai aceitar esse desrespeito, até porque o servidor não pode e não deve continuar a ser tratado com descaso;

Vamos todos a assembleia, pois só a nossa mobilização pode reverter a infeliz decisão política que o governo esta tomando em relação ao estatuto. Só a nossa mobilização vai mostrar que alguns estão no governo apenas de passagem e nós servidores continuaremos a seguir as nossas carreiras e merecemos um estatuto que valorize a nossa categoria.

Marco Antônio Correa da Silva

Ao lado - Reprodução da matéria do JORNAL BEIRA RIO, edição nº 860, de 06 a 12 de junho de 2014.

Abaixo - Reprodução do edital de convocação publicado no JORNAL A VOZ DA CIDADE, edição nº 13.562, de 13 de junho de 2014.

Sexta-feira, 13 de junho de 2014



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE RESENDE
CNPJ 02.080.093/0001-37 - REGISTRO SINDICAL: 46 000 2163/98
AV. JOÃO FERREIRA PINTO, 46/403 - CENTRO - RESENDE/RJ
CEP 27 510-070 - (24) 3354 2072

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Pelo presente Edital, o Sindicato dos Funcionários Públicos do Município de Resende/RJ, convoca todos os Servidores Públicos Municipais, estatutários ou não, associados ou não a esta entidade, para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 25 de junho de 2014, às 17h15min em 1ª (primeira) chamada e às 17h45min em 2ª (segunda) e última chamada, a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de Resende, com endereço a Rua Padre Couto, nº 10, Centro, Resende, Cep: 27511-150, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Discussão sobre o novo Estatuto do Servidor; b) Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicação encaminhada ao Prefeito José Rechuan Júnior no dia 24 de março de 2014; c) Discussão e deliberação para deflagração do estado de greve; d) Assuntos Gerais. Resende, 12 de junho de 2014.

MARCO ANTÔNIO CORRÊA DA SILVA
Presidente

Estatuto do Servidor está sendo revisto pela prefeitura

O Estatuto do Servidor de Resende ainda não foi enviado à Câmara Municipal de Resende para ser votado. A informação foi divulgada pelo presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos de Resende, Marco Antônio Correa da Silva, o Marquinho (foto), e confirmada pela assessoria de comunicação da prefeitura. O documento ainda não tem data para ser votado.

A confusão aconteceu porque o prefeito de Resende, José Rechuan Junior (PP), entregou o documento ao presidente da Câmara, Ubirajara Ritton, o Bira (PP), no palanque da Festa do Trabalhador, no dia 1º de maio. Depois disso, os vereadores afirmavam que não estavam com o documento, mas como a entrega havia sido pública, os servidores não acreditaram que eles não soubessem o paradeiro do documento.

— No dia 11 de abril o prefeito assinou o processo para ser encaminhado à Câmara e queria fazer um ato público para entregá-lo aos vereadores. O sindicato sugeriu a festa. Na festa, entregamos o estatuto simbolicamente para o prefeito já assinado por ele e ele repassou para a Câmara. Depois ele esboçou um projeto de lei para enviar para a Câmara, mas a comissão que elaborou o estatuto viu que tinha erros, pontos que não estavam de acordo com o negociado no processo de revisão do estatuto – relatou Marquinho, na tentativa de justificar a impressão que muitos servidores tiveram que era apenas um “jogo político”.

A revisão do documento começou há um ano e meio. Além do sindicato, o prefeito teria indicado uma comissão de servidores para participar da redação do documento. Os pontos foram todos negociados, gerando o documento assinado no dia 11 de abril. Entretanto, mais tarde, algumas secretarias que já teriam visto o estatuto antes de ele ser assinado, passaram a discordar do que estava combinado. O principal ponto de divergência é a questão da retroatividade da licença prêmio.

— Quando a licença foi criada no estatuto anterior, sancionado em 2001, ela retroagia a todo o período funcional do servidor. E agora eles dizem que não pode retroagir a 2001. Em tese, essa licença é uma compensação pela perda do FGTS. Sem isso, qual é o benefício para compensar o FGTS? Nenhum – comentou.

No estatuto anterior, quando o servidor resendense deixou de ser regido pela CLT, não havia nenhuma compensação e o projeto do estatuto foi enviado para a Câmara Municipal para ser votado sem a licença prêmio. O vereador Luiz Fernando de Oliveira Pedra (PDT), que já estava na Câmara na ocasião, inseriu uma emenda no estatuto criando a licença prêmio,

mesmo sabendo que a Casa não poderia criar despesa para o município. O projeto foi aprovado, assim como todo o resto do estatuto. Em 2005, contudo, devido ao grande número de servidores que pedia a licença prêmio, o então prefeito Silvio de Carvalho entrou na justiça pedindo a extinção da emenda por vício de iniciativa (quando os vereadores tomam decisões que são atribuição do prefeito).

— Criou-se uma expectativa para o trabalhador e não teve. Por isso pedimos a regulamentação da licença prêmio no período estatutário desde 1º de janeiro de 2002, quando o estatuto começou a vigorar – lembrou o presidente do sindicato.

No estatuto anterior, o servidor teria direito a seis meses de licença prêmio, podendo aproveitá-la em gozo (tirando a licença) ou pecúnia (apenas recebendo dinheiro referente à licença). Na proposta nova o sindicato buscou diminuir o período para três meses de licença a cada cinco anos trabalhados e podendo pedir um terço disso, ou seja, um mês em pecúnia – detalhou, acrescentando que também havia o projeto de mudar a data base dos servidores de maio para março.

Enquanto o estatuto esteve em negociação, Marquinho afirma que ele passou por vários setores do Executivo, como a controladoria e a procuradoria, onde seriam analisadas as questões legais e constitucionais do documento. Por isso, ele considera errado que a negociação seja retomada.

— Estamos buscando apoio da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e do próprio bom senso da prefeitura. Sabemos que tem secretaria colocando empecilhos, mas estamos tentando achar uma saída e mandar para a Câmara o que foi negociado. Passou por tudo que devia no Executivo, não pode querer mudar agora. Queremos que vá o que foi negociado. Então estamos aguardando o parecer por escrito da prefeitura para reafirmar o posicionamento dos servidores – anunciou.

Ele também negou que as mudanças quanto à licença prêmio possam gerar custos para a prefeitura: “A proposta do sindicato é regulamentar o estatuto para esse passivo trabalhista ser diluído no Orçamento. Não negociamos nada que não pudesse ser pago”, frisou.



Ele também afirmou que, caso chegue à Câmara Municipal um projeto diferente do que foi acordado, o servidor será mobilizado.

— Não existe prazo final para entregar o projeto para a Câmara, mas já houve tempo suficiente para fazer alterações. Não vejo má vontade, mas tem que chegar à melhor forma de cumprir o que foi negociado. Se mandarem algo diferente, vamos mobilizar o servidor. Essa semana deve ser definitiva para que o projeto de lei vá na forma que a comissão definiu – antecipou.

Em nota, a prefeitura afirmou que está analisando o projeto para evitar “possíveis prejuízos” futuros. “O Estatuto não foi enviado à Câmara porque foram levantados questionamentos internos quanto à legalidade de alguns tópicos do projeto. A administração municipal entende que, a qualquer tempo, tem o dever de zelar pela constitucionalidade de seus atos e a responsabilidade de não criar uma expectativa de direito que amanhã venha ser alvo de demandas judiciais com possíveis prejuízos para toda a classe dos servidores.

Todos os questionamentos quanto à constitucionalidade já foram levados ao conhecimento do sindicato dos servidores e da comissão de funcionários públicos que formulou o projeto em reunião específica. Atualmente, o projeto retornou à Procuradoria Jurídica, que está avaliando detalhadamente a legalidade de cada benefício concedido e realizando os ajustes necessários para dar tranquilidade a todos os servidores”, informou.

Assim como a equipe do sindicato, a equipe da prefeitura também se mostrou interessada na aprovação rápida do estatuto.

“A expectativa é que até a próxima semana seja possível chegar a um consenso com a representação dos servidores e o projeto de lei possa ser enviado à Câmara em regime de urgência”, acrescentou a assessoria da prefeitura.